

Conteúdo do Exame OCC de 22.10.2016

PARTE I	2
Questão 01 (2016/10):	2
Questão 04 (2016/10):	3
Questão 05 (2016/10):	4
Questão 07 (2016/10):	5
Questão 08 (2016/10):	6
Questão 09 (2016/10):	7
Questão 10 (2016/10):	8
Questão 12 (2016/10):	9
Questão 23 (2016/10):	10
Questão 24 (2016/10):	11
Questão 25 (2016/10):	12
PARTE II	13
Questão 42 (2016/10):	13
Questão 43 (2016/10):	14
Questão 44 (2016/10):	15
Questão 45 (2016/10):	16

PARTE I

TEXTO

Questão 01 (2016/10):*Texto*

[CF]	Tópico: 2. Harmonização e Normalização contabilística			
Observações				
Artigo 9.º n.º 2 do DL 158/2009 (alterado pela DL 98/2015) <i>Poderá adotar as NCRF-PE, já que não ultrapassa 2 dos 3 limites (Total de Balanço: 3 milhões; total de vendas ou rendimentos: 8 milhões; número médio de trabalhadores 50), no entanto também pode adotar as NCRF. Trata-se de opção e não de obrigação. Ou seja, caso a ABC ultrapassa-se 2 dos 3 limites, é que não poderia adotar as NCRF-PE, como não ultrapassa tais limites também pode adotar as NCRF-PE em alternativa as NCRF.</i>				
A resposta correta é:		A	B	C
		X		

TEXTO

Questão 04 (2016/10):*Texto*

[CF]	Tópico: 5.3. Acréscimos e diferimentos Tópico: 4.5.1. Balanço				
Observações					
<i>Utilizamos as seguintes contas, nas seguintes situações:</i>					
❖ 281 – à Débito quando a empresa foi faturada, mas o serviço ainda não foi realizado. É o que acontece com as rendas ou viagens pagas, mas que temos de esperar a realização do serviço. Logo esta conta substitui temporariamente a conta 62; ❖ 282 – à Crédito quando a empresa fatura o seu serviço e/ou venda, sem ter prestado/realizado o serviço ao cliente. Logo esta conta substitui temporariamente a conta 71/72; ❖ 2721 – à débito quando a empresa já prestou o serviço e/ou a venda e ainda não faturou o serviço. Logo esta conta substitui a conta de clientes c/c. Esta conta também pode ser usada nos casos em que temos juros a receber ou outros rendimentos, em que ainda não foi emitido o documento; ❖ 2722 – à crédito quando o fornecedor da empresa já realizou o serviço, mas ainda não faturou. Logo esta conta substitui temporariamente a conta de fornecedores. Também pode ser usada para os casos em que estamos a dever juros, mas ainda não temos a fatura do banco ou outro documento.					
<i>No nosso caso, devemos usar a conta 2721, pois à data das demonstrações financeiras, já passou 4 meses de juros, pelo que devemos reconhecer à crédito na conta 79x os juros já decorridos dos 4 meses, em contrapartida da conta 2721, já que o documento e/ou pagamento dos juro só irá ser efetuado no ano de 2015.</i>					
A resposta correta (considerando que o enunciado deveria referir o último quadrimestre de 2014) é:		A	B	C	D
		X			

TEXTO

Questão 05 (2016/10):*Texto*

[CF]	Tópico: 7.4. Registos contabilísticos				
Observações					
<i>Aquando do reembolso dos suprimentos do sócio no valor de 2.100€, deveria ter sido registado à débito da conta 26 – sócio, por contrapartida da conta depósitos a ordem. Deste modo, para corrigir o erro, temos de fazer o lançamento descrito acima e acrescentar mais 1.200€ (no total fica 2.100+1.200 = 3.300), por forma a anular o lançamento incorreto a débito da conta 12 e a crédito da conta 26.</i>					
A resposta correta é:		A	B	C	D
				X	

TEXTO

Questão 07 (2016/10):*Texto*

[CF]	Tópico: 13.6. Processo de depreciação e de imparidade					
Observações: Imparidade AFT = QE > QR						
<i>Existe imparidade num ativo fixo tangível quando a quantia escriturada (25.000-12.000 = 13.000) é superior à quantia recuperável (16.000), sendo esta a maior entre o valor de uso (16.000) e o justo valor menos os custos de vender (10.000).</i>						
<i>Como o valor da quantia recuperável (que é o valor de uso, porque é maior que o JV menos os custos de vender) é superior a quantia escriturada, não existe nenhuma perda por imparidade. Note-se que como a entidade está a usar mensurar o AFT pelo método de custo, pelo que não é possível revalorizar o ativo de 13.000 para 16.000.</i>						
A resposta correta é:			A	B	C	D
						X

TEXTO

Questão 08 (2016/10):*Texto*

[CF]	Tópico: 4.5.4. Demonstrações dos fluxos de caixa					
Observações						
O que pertence aos fluxos de caixa da atividade operacional são as seguintes operações: ❖ Pagamento a fornecedores de mercadorias no valor de 7.000€ (saída de dinheiro); ❖ Pagamento do IVA ao Estado no valor de 2.000 (saída de dinheiro); ❖ Cobrança de dividas de clientes no valor de 35.000€ (entrada de dinheiro); ❖ Pagamento das remunerações aos membros dos órgãos sociais no valor de 11.000€ (saída de dinheiro) Deste modo temos: $35.000-7.000-2.000-11.000 = 15.000€$ no total dos fluxos de caixa das atividades operacionais. O que pertence aos fluxos de caixa da atividade financiamento são as seguintes operações: ❖ Reembolso de empréstimo bancário no valor de 3.000€ (saída de dinheiro); e ❖ Suprimentos entregues pelo sócio Manuel à sociedade (entrada de dinheiro). Deste modo temos: $-3.000+6000 = 3.000€$ no total dos fluxos de caixa das atividades de financiamento						
A resposta correta é:			A	B	C	D
					X	

TEXTO

Questão 09 (2016/10):*Texto*

[CF]	Tópico: 20.2.5. Eliminação de operações intra-grupo			
Observações				
Nas demonstrações financeiras consolidadas (consolidação de contas) devem apenas estar representados os efeitos das operações entre o Grupo (entidade económica que aglomera as entidades legais/empresas que formam esse grupo – empresa-mãe e restantes empresas controladas). O processo de consolidação inicia-se pela agregação (soma) da informação contante das demonstrações financeiras individuais que posteriormente são ajustadas por todos os efeitos relevantes para serem transformadas em demonstrações financeiras consolidadas, como é o caso da eliminação dos efeitos das transações intra-grupo. Como a ABC vendeu parte das suas mercadorias a FILIUS, significa que a margem criada nessa operação de venda encontra-se refletida nos Inventários da FILIUS, que foram agregados para a construção das demonstrações financeiras consolidadas, encontrando-se sobrevalorizados numa ótica de grupo. Assim, é necessário anular o efeito dessa margem criada e o respetivo resultado. Inicialmente a margem s/ o custo da ABC é de 25% $([80.000/100.000]-1)$. No entanto, a FILIUS vendeu parte destas mercadorias compradas na ABC já com esta margem de venda interna incluída, logo, a margem criada internamente de 20.000 $[100.000-80.000]$ é “recuperada” em 6.000 pois foi vendida para empresas fora do grupo. Resumindo: A Margem da FILIUS foi de 7.500 $(37.500-30.000)$. A Margem interna da ABC foi no valor de 20.000 $(100.000-80.000)$ e em % é 25% $([100/80]-1)$. Essa margem foi eliminada e só é recuperada quando as mercadorias foram vendidas à empresas fora do grupo. Logo, o resultado bruto é $7.500 + ([30.000/1,25%]*25\%) = 13.500€$.				
A resposta correta é:		A	B	C
			X	

TEXTO

Questão 10 (2016/10):*Texto*

[CF]	Tópico: 20.2.6. Demonstrações financeiras consolidadas				
Observações					
<i>A participação da FILIUS na KAPA é $60/200 = 30\%$. A participação de 60% da ABC na FILIUS, cria uma participação de 18% ($0,6 \cdot 30\%$) no KAPA.</i> <i>Para a qualificação de uma empresa como subsidiária ou associada, o que é relevante é a % de controlo e não a % de participação efetiva. A participação indireta/efetiva da ABC na KAPA é 18%, no entanto, ABC não controla KAPA, uma vez que a FILIUS não tem controlo sobre KAPA.</i> <i>Desta forma, apesar da participação indireta/efetiva da ABC para a KAPA ser apenas de 18%, verifica-se uma percentagem de controlo apenas de 30% porque ABC controla FILIUS (tem a maioria dos votos a seu favor), mas a FILIUS não controla KAPA (não tem a maioria dos votos a seu favor)..</i>					
A resposta correta é:		A	B	C	D
				X	

TEXTO

Questão 12 (2016/10):*Texto*

[CF]	Tópico: 10.6. Métodos de custeio de saídas					
Observações						
<i>Temos 500 unidades de inventários iniciais com um custo unitário de 50€ e 600 (segundo o enunciado, Inventário inicial + 100 unidades) unidades de inventários finais, com as datas de 1 e 31 de Setembro. O que foi comprado no meio, está entre dia 9-29 de Setembro. Segundo o critério FIFO, o que foi comprado e entrou em primeiro em armazém, é o primeiro a sair nas vendas. Neste sentido, a partir da formula a seguir, podemos determinar tanto as quantidades como os valores em euros de:</i> Inventário Inicial + Compras = Inventário Final +CMVMC ou ⇔ Vendas = Inventário Inicial + Compras – Inventário Final ⇔ <i>Pela quantidade:</i> CMVMC = 500 + (750+1.000+600) – 600 = 2.250 unidades <i>Neste sentido, saiu 500 + 750 + 1.000 = 2.250.</i> <i>Pelos valores:</i> CMVMC (€) = (500u*50€)+(750*60€)+(1.000*55€) = 25.000+45.000+55.000 = 125.000€ Margem de Vendas % = PV (Preço de Venda) – CV (Preço Custo) / PV*100 ⇔ 20% = PV-125.000/PV ⇔ -0,2PV+PV = 125.000 ⇔ PV = 125.000/0,8 = 156.250€.						
A resposta correta é:			A	B	C	D
					X	

TEXTO

Questão 23 (2016/10):*Texto*

[CF]	Tópico: 4.5.1. Balanço				
Observações					
A conta 24 tem contas do ativo, como do passivo. Neste sentido, em ativo devem ter pagamentos por conta e os pagamentos especiais por conta, o que explica o valor de 6.000€ na conta 241, mais o IVA a recuperar na conta 2437, perfazendo um total de 7.060€ no ATIVO. Em passivo, tem os valores das retenções dos dependentes, independentes, capitais, etc, pelo que o explica o valor de 3.520€ a crédito na conta 242, assim como o valor das retenções da Segurança Social e os encargos da entidade patronal no valor de 11.120€ na conta 245, perfazendo um total de 14.640€ no passivo.					
A resposta correta é:		A	B	C	D
		X			

TEXTO

Questão 24 (2016/10):*Texto*

[CF]	Tópico: 13.6. Processo de depreciação e de imparidade Tópico: 13.8. Revalorizações					
Observações						
Aquando da compra do terreno em 2014, este deverá ter sido adquirido por 190.000€ e registado à débito da conta 431. No final do ano, não temos de preocupar-nos com depreciações, porque um Terreno não é depreciado. No entanto, o seu valor pode variar, pelo que tinha diminuído e por isso temos uma perda por imparidade que deverá ter sido reconhecido à crédito da conta 439 pelo valor de 10.000€ por contrapartida de um conta de gastos de imparidade, ou seja, a Quantia Escritura do terreno era 180.000€. Em 2015, este terreno sofreu uma revalorização para 210.000 (+30.000), pelo que foi reconhecido na conta 431 mais 20.000 por contrapartida de uma conta 58 de capital próprio como excedente de revalorização. Como o valor do ativo aumentou, as perdas por imparidade anteriormente conhecidas por 10.000 foram anuladas à débito da conta 439, por contrapartida de um conta 7625 reversões. Deste modo o ativo a data do balanço de 2015 é reconhecido pelo valor de 210.000€. 2014 → 190.000 (Valor Aquisição) – 10.000 (Imparidade) = 180.000€ 2015 → 180.000 + 10.000 (reversão) + 20.000 (revalorização) = 210.000€ 2014 → 190.000						
A resposta correta é:			A	B	C	D
			X			

TEXTO

Questão 25 (2016/10):*Texto*

[CF]	Tópico: 13.6. Processo de depreciação e de imparidade Tópico: 13.8. Revalorizações					
Observações (Continuação da Questão 23)						
Aquando da compra do terreno em 2014, este deverá ter sido adquirido por 190.000€ e registado à débito da conta 431. No final do ano, não temos de preocupar-nos com depreciações, porque um Terreno não é depreciado. No entanto, o seu valor pode variar, pelo que tinha diminuído e por isso temos uma perda por imparidade que deverá ter sido reconhecido à crédito da conta 439 pelo valor de 10.000€ por contrapartida de um conta de gastos de imparidade, ou seja, a Quantia Escritura do terreno era 180.000€. Em 2015, este terreno sofreu uma revalorização para 210.000 (+30.000), pelo que foi reconhecido na conta 431 mais 20.000 por contrapartida de uma conta 58 de capital próprio como excedente de revalorização. Como o valor do ativo aumentou, as perdas por imparidade anteriormente conhecidas por 10.000 foram anuladas à débito da conta 439, por contrapartida de um conta 7625 reversões. Deste modo o ativo a data do balanço de 2015 é reconhecido pelo valor de 210.000€. 2014 → 190.000 (Valor Aquisição) – 10.000 (Imparidade) = 180.000€ 2015 → 180.000 + 10.000 (reversão) + 20.000 (revalorização) = 210.000€						
A resposta correta é:			A	B	C	D
				X		

PARTE II

Questão 42 (2016/10):

TEXTO

CF	Tópico: 5.4. Casos particulares do reconhecimento do rédito
Observações	
<i>O valor a reconhecer como rendimento é de acordo com a fórmula da % de acabamento e não de acordo com a fatura emitida. Assim:</i> % Acab. = Gastos ac. Incorridos/Estimativa Gastos Totais (ou) % Acab. = G.ac. Incorridos / (G.ac.Incorridos+Est. de gastos para acabar a obra) <i>Em relação as contas do SNC, a conta 282 a crédito é utilizada para serviços já faturados, mas cujo serviço ainda não foi faturado (logo é passivo). A conta de acréscimos, neste caso 2721 é utilizado para reconhecer gastos os rendimentos já ocorridos, mas que para o qual não existe ainda fatura. Agora vamos aos cálculos com a fórmula acima por forma a reconhecermos os rendimentos:</i> Ano 1 %: $1.000/4.000 = 25,00\%$ Ano 2 %: $1000+2.240/4.500 = 72\%$ Nota: Como a estimativa foi retificada no ano 2, muda-se o valor de 4.000 para 4.500 no ano 2. Rédito Ano 1 = $25,00\% * 5.000.000 = 1.250.000\text{€}$ Rédito acumulado Ano 2 = $72\% * 5.000.000 = 3.600.000\text{€}$ ou Rédito Ano 2: $3.600.000 - 1.250.000$ ou $(72\% - 25\%) * 5.000.000 = 2.350.000\text{€}$. <i>A empresa até ao ano 2 já faturou 2.000 e no total já faturou 3.500. Isto significa que foram feitos os lançamentos 211xx a débito e a 72xx a crédito nos valores faturados. No entanto, como apuramos no ano 2 um rendimento que $2.350 > 2.000$, a diferença ($2.350 - 2.000$) será reconhecido na conta 72 a crédito pelo valor de 350.000€.</i> <i>Também derivado do apuramento total de 3.600, iremos reconhecer pela diferença de $3.600 - 3.500$ faturados, ou seja, 100.000€ na conta 2721 a débito.</i> <i>Como referi anteriormente sobre a conta 282, a crédito significa que foram faturados serviços ainda não realizados. No ano 1, foram faturados 1.500, mas apuramos apenas 1.250 de rendimentos, logo o lançamento decorrido foi:</i> <i>$211xx - 1.500 / 72 - 1.250$ e $282 - 250$ (é passivo, em caso de não cumprimento, temos de devolver o dinheiro). No ano 2, os 250.000€ a crédito na conta 282 são agora anulados a débito. Note-se que este valor só foi anulado porque o valor do rendimento apurado, no total era maior que o valor faturado ($3.600 > 3.500$) pelo que não havia necessidade de existir diferimentos de réditos.</i>	
A resposta correta é:	
	A B C D

	X			
--	---	--	--	--

Questão 43 (2016/10):

TEXTO

CF	Tópico: 10.7. Regularizações de existências				
Observações					
<i>As mercadorias em trânsito são ativos controlados pela empresa que não se encontram nas suas instalações por estarem em transporte (serve para diferenciação do stock físico existente nas instalações da empresa, útil numa contagem física de stocks), pelo que não existe qualquer sobrevalorização ao nível dos Inventários.</i>					
<i>As mercadorias recebidas do fornecedor à consignação não são ativos controlados pela empresa pelo que não originam nenhum ativo a reconhecer pela empresa (também não se reconhece qualquer passivo de dívida ao fornecedor) pelo que esse montante de 3.500 se encontra sobrevalorizado na totalidade.</i>					
<i>As mercadorias enviadas à consignação são um ativo controlado pela empresa, contudo não podem ser objeto de valorização pelo preço de venda, tendo de prosseguir a mensuração dos Inventários (menor entre custo e valor realizável líquido), pelo que existe uma sobrevalorização correspondente à margem incluída nas mesmas incorretamente de $8.400 / 1,33 * 1/3 = 1.500$.</i>					
<i>Assim a sobrevalorização global dos Inventários é de $3.500 + 1.500 = 5.000$.</i>					
A resposta correta é:		A	B	C	D
				X	

Questão 44 (2016/10):

TEXTO

CF	Tópico: 10.3. Sistemas de acumulação de custos			
Observações				
<i>Este exercício só saiu uma vez num exame da OCC durante todos estes anos e esta marca a sua segunda aparição, pelo que irei resolvê-lo como o meu professor indicou nos na altura, pois não tenho paciência para este tipo de exercício.</i> <i>Como existem garantias por procedimentos de auditoria que os montantes dos inventários estão corretos pode-se utilizar a informação sobre os inventários iniciais e finais como válida. Como também existem garantias por procedimentos de auditoria que os montantes das dívidas a pagar a fornecedores estão corretas, significa que os montantes das compras também são considerados como válidos.</i> <i>Significa então que pode existir uma distorção nas vendas, sendo questionado o montante de vendas em falta no 2.º ano, apenas sendo possível inferir pois sabe-se que é praticada a mesma margem que no 1.º ano. Assim, é preciso definir essa margem no 1.º ano e aplica-la ao 2.º ano para concluir essa omissão de vendas.</i> <i>No 1º semestre não se sabe o CMVMC, contudo é possível determiná-lo pois $E_f = E_i + Compras - CMVMC$, ou seja $150 = 100 + 1.250 - CMVMC$, que significa que o CMVMC é de 1.200. Logo a margem das vendas foi de $(1.500/1.200) - 1 = 25\%$ sobre o preço de custo.</i> <i>Assim no 2.º ano, em que também não se conhece o CMVMC, mas é possível inferir pois $E_f = E_i + Compras - CMVMC$, ou seja $200 = 150 + 1.450 - CMVMC$, sendo então o CMVMC de 1.400, as vendas seria superiores em 25% a esse montante, ou seja, teriam de ser de $1.400 * 1,25 = 1.750$.</i> <i>Constata-se que as vendas reconhecidas são de 1.650, pelo que estarão omitidas vendas no montante de $1.750 - 1.650 = 100$.</i>				
A resposta correta é:		A	B	C
				X

Questão 45 (2016/10):

TEXTO

CF	Tópico: 4.2. Pressupostos fundamentais, princípios e políticas contabilísticas				
Observações					
<i>Quando se verifica a correção de um erro de períodos anteriores é necessário efetuar tratamento retrospectivo (reexpressar a informação financeira de como se nunca tivesse ocorrido) com respetivos ajustamentos (com efeitos/contrapartida em Resultados Transitados) e divulgação.</i> <i>A resposta b) só estaria correta caso estivéssemos perante um erro não material.</i>					
A resposta correta é:		A	B	C	D
				X	